COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.688, DE 2000

Substitutivo do SENADO FEDERAL ao Projeto de Lei nº 3.688, de 2000, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”.

Relator: Deputado FÁBIO TRAD

I – RELATÓRIO

Cuida-se de Substitutivo do Senado a projeto de projeto de lei originário desta Casa, de autoria do nobre Deputado José Carlos Elias, que dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola pública.

Na Justificação, o autor defende que a atuação de assistentes sociais nas escolas, trabalhando junto aos estudantes e suas famílias, contribuiriam positivamente para o aperfeiçoamento e incremento do rendimento escolar, tendo em vista que seriam capazes de abordar e propor soluções no trato dos problemas sociais que interferem no cotidiano de escolarização e formação social das crianças.

O projeto original, alterado para garantir a prestação de serviços não só de assistência social, mas também de psicologia, nas escolas públicas de educação básica, foi aprovado nesta Casa em 7 de agosto de 2007 e enviado ao Senado Federal para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal.

Naquela Casa, foi aprovado na forma do Substitutivo ora apreciado, o qual passou a determinar que as redes públicas de educação

básica contem com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, que deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. A proposição ressalta que necessidades específicas por parte do educando serão atendidas por tais equipes e, quando necessário, em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde; dispondo os sistemas de ensino de um ano, a partir da publicação da lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento de suas disposições.

A matéria, de tramitação ordinária e sujeita à apreciação do douto Plenário, foi distribuída às Comissões de Seguridade Social e Família e de Educação e Cultura, além desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para manifestação acerca da sua constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, unanimemente, o projeto, nos termos do voto do relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Por sua vez, a Comissão de Educação e Cultura aprovou os arts. 1º e 4º, do Substitutivo do Senado; ofereceu emenda, retirando a expressão “da escola” do seu artigo 2º; e rejeitou seu art. 3º, reestabelecendo o art. 2º do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, a ser renumerado como art. 3º.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de matéria de competência legislativa da União (CF, art. 24, IX e XII), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor (CF, art. 48, *caput*). A iniciativa parlamentar é legítima e, tratando-se de Substitutivo do Senado a projeto de lei aprovado nesta Casa, cumpre a esta Casa tão somente aprovar ou rejeitar a matéria.

Os requisitos constitucionais formais da proposição foram obedecidos. Inexistem, igualmente, quaisquer afrontas aos requisitos materialmente constitucionais, incorrendo-nos quaisquer reparos ao projeto de lei, no que concerne à sua constitucionalidade.

Ao contrário, o projeto e Substitutivo do Senado Federal vão ambos ao encontro do que prescreve o art. 205 da Constituição Federal, segundo o qual *“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

Também no que se refere à juridicidade, entendemos que a proposição em exame não diverge de princípios jurídicos que possam barrar a sua aprovação por esta Comissão, mas, ao contrário, vai ao encontro dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Quanto à técnica legislativa e redacional, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei n.º 3.688, de 2000, atende aos requisitos da Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *“dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”*, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001.

No que concerne à aprovação parcial do Substitutivo do Senado Federal pela Comissão de Educação e Cultura, é ela regimental, nos termos do art. 190, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Entendemos, no entanto, não ser possível – em analogia à vedação relativa ao veto parcial, prevista no art. 66, § 2º da Constituição Federal –, a exclusão tãoosamente de expressão (“da escola”) na redação oferecida pelo Senado ao art. 2º, o que, fatalmente, modificar-lhe-á o mérito, quando a previsão constitucional é apenas de aprovação ou rejeição das alterações realizadas na Casa revisora (CF, art. 65).

Feitas essas considerações, votamos pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 3.688, de 2000**, na sua forma original, e no

formato votado pela Comissão de Educação e Cultura, salvo, quanto a esta, a exclusão de expressão no art. 2º.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado FÁBIO TRAD
Relator